

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

257 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 24 a 28 de novembro de 2025

1. AGRESSÃO RUSSA CONTRA A UCRÂNIA - POSSÍVEIS NEGOCIAÇÕES DE PAZ	1
O plano inicial	1
Revisão do plano: negociações em Genebra	1
Reacção do Conselho Europeu	2
Debate no Parlamento Europeu	2
2. SESSÃO PLENÁRIA DO PE	3
Lei europeia da desflorestação	3
Lobbying - países terceiros	3
Papel dos Parlamentos nacionais	3
Europol	4
Outros debates	4
3. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2028-34	4
4. FINANCIAMENTO À UCRÂNIA - PONTO DE SITUAÇÃO	5
1. Enquadramento geral e proposta da Comissão Europeia	5
2. Dinâmica atual no Conselho e resistência de alguns Estados-Membros	6
3. Perspetiva da Comissão e dos parceiros internacionais	6
5. CIMEIRA UE -ÁFRICA	7
6. COMISSÃO EUROPEIA - INICIATIVAS	8
Nova Estratégia Bioeconómica da UE	8
Pacote de Outono do Semestre Europeu 2026	8
7. PROVIDORA DE JUSTIÇA EUROPEIA - RECOMENDAÇÕES À COMISSÃO EUROPEIA	9
8. REUNIÕES DO CONSELHO	9
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
Conselho Europeu	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da UE	9

1. AGRESSÃO RUSSA CONTRA A UCRÂNIA - POSSÍVEIS NEGOCIAÇÕES DE PAZ

O plano inicial

Na semana de 19 a 27 de novembro de 2025 registou-se uma intensificação significativa da diplomacia em torno da resolução da agressão da Federação russa contra a Ucrânia, centrada num plano de paz promovido pelos Estados Unidos da América. A versão inicial deste plano — constituída por 28 pontos — tornou-se pública em 21 de novembro (disponível [aqui](#)) e propunha um conjunto de compromissos, entre os quais:

- *a reafirmação da soberania da Ucrânia;*
- *um acordo de não-agressão entre Rússia, Ucrânia e NATO, mediado pelos EUA;*
- *e a abertura de um diálogo formal entre Rússia e NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte), com mediação norte-americana.*

Contudo, vários pontos eram particularmente sensíveis. O plano estabelecia, por exemplo, um limite máximo de 600 000 militares para as Forças Armadas ucranianas (ponto 6) e defendia que a Ucrânia deveria consagrar constitucionalmente a renúncia a aderir à NATO, proibindo igualmente a instalação de bases da Aliança no seu território (ponto 7).

A componente territorial era ainda mais controversa: a proposta partia do reconhecimento (incluindo pelos EUA) do controlo russo sobre Crimeia, Luhansk e Donetsk, e sugeria “congelar” a situação militar em regiões disputadas como Kherson e Zaporizhíia (ponto 21, “Territórios”). Várias capitais europeias consideraram esta versão demasiado favorável a Moscovo, temendo comprometer a integridade territorial e a soberania da Ucrânia (comunicado [aqui](#) e notícia [aqui](#)). O Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais apresenta uma análise detalhada, ponto por ponto, deste plano de paz, disponível [aqui](#).

Do lado europeu, foi apresentada uma contraproposta ao plano norte-americano de 28 pontos para a paz na Ucrânia — preparada pelo grupo E3 (Reino Unido, França e Alemanha) e divulgada pela *Reuters* (texto integral [aqui](#)) — que aceita o documento dos EUA como base, mas reformula-o ponto por ponto para reforçar a soberania ucraniana, clarificar garantias de segurança e corrigir concessões consideradas excessivas à Rússia.

Entre as alterações principais, os europeus eliminam a cláusula que limitava a expansão futura da NATO, introduzem garantias de segurança mais robustas para Kiev, elevam para 800 000 o teto das Forças Armadas ucranianas em tempo de paz, reafirmam que o ingresso da Ucrânia na NATO dependerá sempre do consenso dos Aliados, e estruturam um pacote económico e de reconstrução de grande escala envolvendo UE, EUA, Banco Mundial e iniciativa privada. A proposta prevê ainda um mecanismo de sanções reversíveis, a reintegração económica faseada da Rússia, a supervisão internacional da central nuclear de Zaporizhzhia, compromissos de não-agressão legislativa, um comité humanitário abrangente e um processo de negociação territorial baseado na actual linha de contacto — com a exigência de que nenhuma das partes altere por força quaisquer acordos futuros. O texto conclui com a criação de um órgão de implementação (“*Conselho de Paz*”), presidido pelos EUA, e com a entrada imediata em vigor de um cessar-fogo uma vez concluído o acordo.

Revisão do plano: negociações em Genebra

Segundo um comunicado conjunto, em 23 de novembro de 2025, Estados Unidos e Ucrânia reuniram-se em Genebra para discutir a proposta norte-americana de paz, onde anunciaram um “*quadro de paz atualizado e aperfeiçoado*” ([aqui](#)). A Ucrânia expressou gratidão pelo apoio contínuo dos EUA e pelo empenho pessoal do Presidente Donald J. Trump. Ambos os lados acordaram prosseguir, nos dias seguintes, um trabalho intensivo sobre propostas conjuntas e manter coordenação estreita com os parceiros europeus. As decisões finais ao abrigo deste quadro serão tomadas pelos Presidentes de ambos os países, que reiteraram a intenção de continuar a cooperar para alcançar uma paz que garanta a segurança, a estabilidade e a reconstrução da Ucrânia.

De acordo com o comunicado, a nova versão do plano de paz incorpora alterações estruturais que procuram torná-la mais aceitável para Kiev, incluindo:

- o reforço das garantias de segurança futuras;
- a eliminação de algumas das cláusulas mais intrusivas;
- e o reconhecimento explícito de que o texto agora “reflete os interesses nacionais da Ucrânia” (notícia [aqui](#)).

O plano terá sido reduzido de 28 para 19 pontos. Ainda não existe um texto final e continuam por resolver várias questões: o papel da NATO, o futuro das forças ucranianas e, especialmente, a definição territorial.

A nova versão foi transmitida a Moscovo, e o Presidente Vladimir Putin afirmou que o documento “*pode servir de base para futuros entendimentos*”, mas condicionou qualquer cessar-fogo à retirada das forças ucranianas dos territórios que a Rússia reclama (reações [aqui](#) e [aqui](#)).

Paralelamente, Washington confirmou que [enviará emissários especiais a Moscovo e Kiev](#), no âmbito desta nova fase diplomática, reconhecendo que as negociações estão “*a ganhar dinamismo*”.

Reacção do Conselho Europeu

Num [encontro informal dos líderes da União Europeia](#), realizado a 24 de novembro de 2025 (detalhe [aqui](#)), o Presidente do Conselho Europeu convidou os Chefes de Estado ou de Governo a avaliarem os desenvolvimentos mais recentes nos esforços para alcançar a paz na Ucrânia, sublinhando que “*uma posição europeia unida e coordenada é essencial para garantir um bom resultado das negociações — para a Ucrânia e para a Europa*”. Os líderes acolheram positivamente o “*novo dinamismo*” aberto pelas conversações de 23 de novembro em Genebra.

Nas declarações posteriores ao encontro, o Presidente Costa reiterou que a União Europeia deve estar “*plenamente envolvida*” em todos os dossiês que lhe dizem diretamente respeito — incluindo sanções, alargamento e ativos russos imobilizados — afirmando que “*nenhuma decisão nestas matérias pode ser tomada sem a UE*”. Os líderes europeus manifestaram prontidão para continuar a apoiar o processo, em estreita coordenação com a Ucrânia, os Estados Unidos e a NATO, reforçando que o objetivo comum é “*parar de matar pessoas, parar esta guerra de agressão contra a Ucrânia e garantir uma paz justa e duradoura*”. Costa reafirmou ainda que “*a paz não pode ser uma trégua temporária; deve ser uma solução sustentável*”, sublinhando que “*a Ucrânia escolheu a Europa e a Europa estará ao lado da Ucrânia*”.

Debate no Parlamento Europeu

O Parlamento Europeu apelou a que a União Europeia assuma uma liderança clara nas negociações de paz, insistindo que uma solução sustentável exige um cessar-fogo efetivo, garantias de segurança robustas para a Ucrânia — equivalentes ao artigo 5.º do Tratado de Washington e ao artigo 42.º, n.º 7 do TUE — e o respeito absoluto pelo direito internacional (detalhe [aqui](#)). Na resolução ([aqui](#)) aprovada por 401 votos a favor, 70 contra e 90 abstenções, os Deputados reiteraram que nenhum território ucraniano ocupado será reconhecido como russo e que “*nada sobre a Ucrânia deve ser decidido sem a Ucrânia, e nada sobre a Europa sem a Europa*”. A UE deve, por isso, manter um papel decisivo em matérias como sanções, ativos russos imobilizados, segurança europeia e reconstrução, preservando a sua autonomia estratégica e coordenando-se com os EUA e aliados afins. Os deputados sublinham ainda que a ambivalência política norte-americana é prejudicial para a obtenção de uma paz duradoura, defendendo que o acordo final não pode limitar a capacidade da Ucrânia de defender a sua soberania ou escolher as suas alianças.

O debate em plenário, inscrito na agenda por unanimidade, prolongou-se por três horas, contou com a Presidente da Comissão, o Conselho, e intervenções de mais de 70 Deputados. Uma maioria de grupos — PPE,

S&D, Renew, Verdes/ALE, a maioria do ECR (sobretudo de PL, CY e Estados Bálticos) e parte da Esquerda (FI e SE) — rejeitou a versão inicial do plano, sobretudo por prever concessões territoriais. O PPE voltou a defender uma política europeia de defesa e um plano europeu de paz. O Pfd e o ESN, invocando fragilidades na governação ucraniana, posicionaram-se a favor de aproveitar a iniciativa norte-americana. Esta linha foi retomada por uma parte da Esquerda e alguns membros do ECR (debate integral [aqui](#))

2. SESSÃO PLENÁRIA DO PE

Teve lugar a [sessão plenária do PE](#), em Estrasburgo, sendo que destacamos o seguinte.

Lei europeia da desflorestação

O PE aprovou novas medidas para simplificar a aplicação da Lei Europeia da Desflorestação, adotada em 2023 para garantir que produtos vendidos na UE não resultam de terras desflorestadas (detalhe [aqui](#)). Os Deputados apoiaram um adiamento de um ano para que todas as empresas se adaptem: grandes operadores e comerciantes terão agora de cumprir as regras a partir de 30 de dezembro de 2026, enquanto micro e pequenas empresas só a partir de 30 de junho de 2027. O objetivo é assegurar uma transição operacional estável e permitir melhorias no sistema informático utilizado para as declarações eletrónicas de diligência devida.

A resolução foi aprovada por 402 votos a favor, 250 contra e 8 abstenções, habilitando o Parlamento a iniciar negociações com os Estados-Membros sobre a versão final da lei, que deverá ser aprovada pelo Parlamento e pelo Conselho e publicada no Jornal Oficial até ao final de 2025 para que o adiamento produza efeito.

Lobbying - países terceiros

Tal como demos nota desenvolvida na Síntese n.º [252](#), o PE adotou a sua posição para iniciar negociações com os Estados-Membros sobre novas regras destinadas a aumentar a transparência das atividades de representação de interesses realizadas em nome de países terceiros na UE, aprovadas com 392 votos a favor, 88 contra e 133 abstenções (resolução [aqui](#)). As medidas abrangem atividades remuneradas que procurem influenciar políticas, legislação ou processos de decisão — incluindo reuniões, contributos para consultas, campanhas de comunicação, propostas de alterações legislativas ou sondagens — excluindo funções diplomáticas, serviços mediáticos, aconselhamento jurídico ou investigação académica.

Para reforçar o escrutínio democrático, as autoridades nacionais independentes devem manter **registros** obrigatórios interligados através de um **portal europeu centralizado**, atribuindo a cada entidade um Número Europeu de Representação de Interesses (EIRN) válido em toda a UE. O PE sublinha que estas regras visam responder à fragmentação regulatória entre Estados-Membros — apenas 16 têm legislação sobre lobbying — e assegurar condições equitativas, num contexto em que 81% dos europeus consideram a interferência estrangeira uma questão séria. O PE iniciará negociações assim que o Conselho adote o seu mandato.

Papel dos Parlamentos nacionais

Como demos nota na Síntese n.º [254](#), esta semana, o plenário do PE aprovou um conjunto de recomendações ([aqui](#)) — com 337 votos a favor, 245 contra e 12 abstenções — para reforçar o papel dos parlamentos nacionais no processo legislativo da UE, garantindo uma aplicação mais rigorosa dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade (resolução [aqui](#)). O relatório propõe uma definição mais clara destes princípios, prazos mais longos de escrutínio, um novo mecanismo de “*cartão verde*”, maior transparência, consultas mais cedo no processo legislativo e a criação de um ponto único de referência (“subsidiarity hub”) para coordenação entre instituições europeias e parlamentos nacionais. Os Deputados pedem ainda à Comissão que limite o recurso excessivo a regulamentos, atos delegados e de execução, privilegiando instrumentos legislativos que permitam escrutínio parlamentar.

Europol

O PE aprovou novas regras que reforçam o mandato da Europol no combate ao tráfico de pessoas e ao contrabando de migrantes, estabelecendo de forma permanente o Centro Europeu de Combate ao Contrabando de Migrantes (ECAMS) dentro da agência. A legislação — aprovada por 556 votos a favor, 74 contra e 7 abstenções — atribui 50 milhões de euros adicionais entre 2025 e 2027 e mais 50 funcionários, permitindo coordenar de forma mais eficaz Europol, Eurojust e Frontex, apoiar investigações criminais conjuntas e melhorar a identificação de vítimas e pessoas vulneráveis (detalhe [aqui](#) e texto [aqui](#)). A lei reforça os instrumentos operacionais e de partilha de informação, incluindo o uso de equipas operacionais nos Estados-Membros e o intercâmbio via SIENA, envolvendo também adidos de imigração em países terceiros.

A Europol poderá apoiar investigações com equipas destacadas, tratar dados biométricos — como impressões digitais e reconhecimento facial — dentro das normas de proteção de dados, e cooperar para combater crimes cometidos através das redes sociais. O acordo segue agora para adoção formal pelo Conselho.

Outros debates

- [PE apela a melhores opções de financiamento para apoiar a preparação de defesa da Europa](#)
- [Comércio eletrónico: Parlamento quer aplicação mais rápida da lei e sanções dissuasivas](#)
- [Parlamento Europeu defende idade mínima de 16 anos para aceder às redes sociais](#)
- [Ártico: Deputados alertam para o reforço militar e a crescente competição geopolítica](#)
- [Parlamento alerta para o agravamento da crise do Estado de direito na Hungria](#)
- [Parlamento aprova o primeiro Programa da Indústria de Defesa Europeia](#)
- [Parlamento apela a reformas institucionais para a competitividade e resiliência da UE](#)

3. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2028-34

Temos vindo a dar nota, em sínteses anteriores (e.g. n.ºs [246](#), [251](#), [252](#), [253](#), [254](#) e [255](#)), das discussões e negociações em torno da proposta da Comissão Europeia relativa ao próximo **Quadro Financeiro Plurianual 2028-34 (QFP)**.

Na passada semana, o Comissário responsável pelo Orçamento, Luta Antifraude e Administração Pública, [Piotr Serafin](#), deslocou-se à Assembleia da República para realizar uma [audição com a Comissão de Assuntos Europeus](#), no âmbito da [Tour d'Europe](#) para apresentar a proposta da Comissão Europeia para o QFP 2028-34 e debater a proposta com decisores políticos, regiões, cidadãos, empresas e outras partes interessadas relevantes sobre o orçamento da UE.¹

Na sua intervenção, o Senhor Comissário focou em três tópicos: *i) como se iria gastar o orçamento do QFP*, *ii) quais as prioridades que o QFP deveria ter* e *iii) qual o montante que deveria compor o QFP*. Sumariamente, explicou que o QFP deverá ser mais flexível devendo manter-se como prioritárias a [Política Agrícola Comum](#) (PAC) e a Política de Coesão, contudo era necessário investir na competitividade bem como na segurança e defesa da UE, pelo que estas teriam igualmente de ser prioridades do próximo QFP. Em relação às quantias a alocar ao orçamento europeu, referiu que era necessário garantir verbas para pagar o [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#) sendo essencial visitar os [recursos próprios da União Europeia](#) para se evitar o indesejável aumento das contribuições nacionais.

¹ Foto: [Instagram](#) de Piotr Serafin.

O debate com os Senhores Deputados centrou-se na garantia de uma Política Agrícola Comum ágil e robusta para os agricultores nacionais, dar maior ênfase no QFP às Regiões Ultraperiféricas da UE, nomeadamente, a Região Autónoma dos Açores e da Madeira, a necessidade de alocar, no âmbito da Política de Coesão, condicionalismos na atribuição de fundos europeus ao cumprimento do Estado de direito e à realização de reformas macroeconómicas pelos Estados Membros e a definição de novos recursos próprios da União Europeia.

Por outro lado, e ainda no âmbito do acompanhamento parlamentar do Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034, decorreu no dia 27 de novembro, diálogo interparlamentar entre co-relatores da Comissão BUDG (Orçamentos) do Parlamento Europeu, Deputada [Carla Tavares](#) (S&D) e [Siegfried Mureşan](#) (PPE), com os seus homólogos dos Parlamentos nacionais. Participou nesta reunião, em representação da Assembleia da República, a Senhora Deputada Patrícia Almeida (CH), membro da Comissão de Assuntos Europeus e da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.



Os co-relatores referiram que o Parlamento Europeu pretende modernizar o orçamento europeu, investir nas prioridades definidas com maior flexibilidade e ainda pretendem manter os Parlamentos nacionais ao corrente do processo negocial do QFP.

No período de debate foram abordadas diversas questões como a importância das novas fontes de financiamento para o orçamento da UE, nomeadamente novos recursos próprios, o risco de centralização do orçamento que se encontra patente na proposta apresentada pela Comissão Europeia, a relevância de manter a Política Comum Agrícola (PAC) e Política Coesão no próximo QFP, a inclusão do papel das regiões no processo negocial do QFP, a importância da previsibilidade do orçamento, nomeadamente, para os agricultores, preocupações sobre a PAC e o impacto do Acordo UE-Mercosul, destacaram como prioridades do QFP a segurança, a competitividade e a criação de crescimento, a falta de reflexão na proposta das Regiões Ultraperiféricas (RUP) e a necessidade de garantir maior eficiência do orçamento europeu, devendo haver regras de compliance na execução dos fundos europeus.

4. FINANCIAMENTO À UCRÂNIA - PONTO DE SITUAÇÃO

1. Enquadramento geral e proposta da Comissão Europeia

A **discussão sobre a utilização dos ativos russos imobilizados na União Europeia** para financiar a Ucrânia entrou numa fase crítica, com a Comissão Europeia a insistir na criação de um empréstimo de reparações no valor de 140 mil milhões de euros, destinado a responder às necessidades militares e orçamentais de Kiev em 2026-2027, estimadas em 135,7 mil milhões de euros. É expectável que a Comissão apresente as propostas legislativas para este efeito a qualquer momento. A opção tecnicamente mais avançada é o chamado “*empréstimo de reparações*”, através da qual a Comissão proporia mobilizar os ativos do Estado russo

imobilizados na UE — avaliados em cerca de 210 mil milhões de euros, dos quais a maior parte se encontra depositada na [Euroclear](#) (Bélgica) — para financiar as necessidades urgentes da Ucrânia.

Segundo este modelo, os ativos russos não seriam confiscados, evitando um conflito com o direito internacional; seriam antes utilizados como colateral para contrair um volumoso empréstimo em nome da UE (estimado em cerca de 140 mil milhões de euros). Os fundos seriam disponibilizados de imediato à Ucrânia, enquanto o reembolso futuro seria assegurado por reparações que a Rússia teria de pagar após o fim da guerra. Assim, os ativos continuam formalmente russos, mas funcionam como garantia financeira temporária.

Este mecanismo enquadra-se também no regime já em vigor desde 2024, que permite canalizar para a Ucrânia os lucros extraordinários gerados pelos ativos congelados, sem tocar no montante principal. O think-tank do PE disponibilizou um briefing muito completo sobre esta matéria, disponível [aqui](#).

2. Dinâmica atual no Conselho e resistência de alguns Estados-Membros

Apesar do forte impulso político da Comissão e do apoio de vários Estados-Membros — sobretudo da Europa Central e do Norte — o processo está atualmente bloqueado no Conselho. O ponto crítico é a posição da [Bélgica](#), que acolhe a Euroclear e alerta para riscos jurídicos, financeiros e reputacionais. O governo belga receia que a utilização dos ativos como garantia possa:

- *expor a Euroclear a processos judiciais complexos e prolongados;*
- *desencadear retaliação russa, incluindo sanções espelhadas contra empresas europeias;*
- *criar dúvidas internacionais sobre a fiabilidade da UE enquanto jurisdição segura para reservas de bancos centrais estrangeiros;*
- *eleva o custo futuro da dívida europeia, caso os mercados entendam que a UE está a abrir um precedente de utilização de ativos soberanos imobilizados para fins políticos.*

A Bélgica (notícias [aqui](#) e [aqui](#)) exige garantias formais de partilha de risco entre todos os Estados-Membros, para assegurar que não será a única a suportar eventuais passivos decorrentes de litígios ou represálias financeiras. Outros Estados-Membros partilham da preocupação, embora mais discretamente, nomeadamente alguns países com grandes centros financeiros que temem impacto na atratividade das suas praças.

3. Perspetiva da Comissão e dos parceiros internacionais

A Comissão mantém que a solução do empréstimo é juridicamente sólida e representa o único instrumento capaz de mobilizar financiamento em grande escala num curto prazo, evitando que todo o peso recaia sobre os contribuintes europeus. Sublinha ainda que a proposta é reversível e consistente com o quadro jurídico existente — precisamente porque não implica a transferência da propriedade dos ativos.

Os parceiros do G7 observam esta discussão com atenção. Os EUA apoiam a ideia de mobilizar os ativos imobilizados, mas preferem que a UE avance primeiro, dado que a esmagadora maioria do montante bloqueado se encontra no espaço europeu.

Numa carta enviada a Ursula von der Leyen e a António Costa, a presidente executiva da Euroclear, Valérie Urbain, alertou que o mecanismo seria percebido como “*equivalente a uma confiscação de reservas de um banco central*”, com potenciais consequências negativas para a atratividade dos mercados financeiros europeus e o seu quadro jurídico (carta disponível [aqui](#), para assinantes do *Financial Times*). A Euroclear estima que tal perceção poderia levar a um “*aumento sustentado dos spreads da dívida soberana europeia*”, elevando os custos de financiamento de todos os Estados-Membros. A instituição adverte ainda para riscos diretos, incluindo retaliação russa, ações judiciais prolongadas e perdas financeiras caso seja obrigada a subscrever instrumentos de dívida de “*juros zero*” necessários para operacionalizar o empréstimo.

A Comissão reconhece que “*não é possível eliminar totalmente os riscos*”, mas tem procurado responder às objeções belgas com propostas de salvaguardas jurídicas adicionais, entre as quais mecanismos de partilha de risco entre Estados-Membros para cobrir eventuais litígios internacionais. Para atender ao pedido de Bruxelas, von der Leyen admitiu ainda alargar o esquema aos ativos soberanos russos detidos em bancos comerciais noutros Estados-Membros, o que elevaria o montante potencialmente mobilizável para cerca de 210 mil milhões de euros. O Luxemburgo mantém igualmente reservas, invocando os riscos derivados do seu tratado bilateral de investimento com a Rússia — situação em que a Comissão sugere que tais tratados possam ser revogados para mitigar vulnerabilidades jurídicas. Von der Leyen sublinha que eventuais efeitos reputacionais poderiam ser atenuados se países como o Reino Unido e o Canadá avançarem com instrumentos semelhantes.

Face ao impasse no Conselho, von der Leyen alertou as capitais europeias de que, se não houver acordo sobre os ativos, a UE terá de recorrer a subvenções bilaterais ou a nova dívida conjunta para garantir o apoio financeiro à Ucrânia — opções que a maioria dos Estados-Membros considera politicamente difíceis. A Comissão insiste que a solução proposta é juridicamente defensável, reversível e compatível com o regime existente, que já permite canalizar para a Ucrânia os lucros extraordinários gerados pelos ativos sem tocar no principal.

A expectativa em Bruxelas é que os líderes europeus possam alcançar um compromisso na reunião do Conselho Europeu de 18 de dezembro, mas o consenso permanece difícil.

5. CIMEIRA UE -ÁFRICA

Na sétima cimeira UE–UA, realizada em Luanda a 24–25 de novembro de 2025, os dirigentes europeus e africanos reafirmaram o objetivo de “*promover a paz e a prosperidade através de um multilateralismo efetivo*”, assinalando 25 anos de parceria e cinco décadas de independência de vários países africanos. António Costa destacou que, apesar do fim das antigas colónias, “*os efeitos do colonialismo não terminaram*”, defendendo uma relação baseada na cooperação entre povos e instituições. A declaração conjunta sublinha uma parceria “*única e estratégica*”, que se aprofunda nos domínios da paz, segurança, governação, migração e desenvolvimento sustentável (principais resultados [aqui](#)). Os líderes reiteraram o seu apoio a uma paz duradoura em vários conflitos — incluindo Ucrânia, Médio Oriente, Sudão e RDC — e manifestaram preocupação com a situação no Sudão, apelando à cessação de hostilidades e ao acesso humanitário.

No plano económico, celebraram o avanço do Global Gateway UE–África, um pacote de 150 mil milhões de euros destinado a acelerar as transições ecológica e digital, reforçar sistemas sociais e estimular o investimento, defendendo igualmente relações comerciais mais equilibradas, gestão sustentável dos recursos e reformas na arquitetura internacional da dívida.

A cimeira reafirmou o compromisso com investimentos conjuntos em energia, transportes e infraestruturas digitais, incluindo a **Iniciativa Energia Verde África–Europa**, que visa fornecer 50 GW de energia renovável a 100 milhões de pessoas até 2030. Na área da segurança, a UE destacou o seu papel enquanto principal parceiro de África, referindo 12 missões civis e militares no continente e o apoio concedido através do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz. Os líderes comprometeram-se a reforçar a cooperação em áreas como terrorismo,



crime transnacional, desinformação, cibersegurança, Estado de direito e proteção internacional. No plano multilateral, apelaram a um Conselho de Segurança da ONU mais representativo, a mais financiamento climático para África e a uma ação climática ambiciosa. Em matéria de migração e mobilidade, confirmaram o empenho em parcerias abrangentes para prevenir migração irregular, combater o tráfico de seres humanos, melhorar gestão fronteiriça e reforçar vias legais, salientando que programas financiados pela UE já facilitaram intercâmbios de mais de 30 000 estudantes e profissionais africanos e 18 000 europeus desde 2022.

O artigo de opinião conjunto [“Uma Parceria. Um Futuro.”](#), assinado por António Costa e Ursula von der Leyen, apresenta a visão política que enquadra a 7.ª Cimeira UE–UA e reafirma uma parceria de 25 anos baseada em ambições comuns. Os autores sublinham que Europa e África enfrentam desafios transfronteiriços — alterações climáticas, transição digital, migração irregular e conflitos — que exigem cooperação multipolar, e destacam o papel central da juventude africana como motor de inovação e crescimento, apoiada por tecnologia, investimento e experiência europeias. A mensagem final sublinha uma parceria *“de igual para igual”*, orientada para um futuro mais justo, verde e seguro, centrado no potencial das novas gerações.

A declaração conjunta da Cimeira está disponível [aqui](#) e as declarações do Presidente do Conselho Europeu na abertura ([aqui](#)) e após o encerramento dos trabalhos [aqui](#).

6. COMISSÃO EUROPEIA - INICIATIVAS

Nova Estratégia Bioeconómica da UE

A Comissão Europeia apresentou um [novo quadro estratégico para uma bioeconomia competitiva e sustentável](#), concebido para reforçar a resiliência económica, reduzir a dependência de combustíveis fósseis e acelerar a transição para uma economia circular e descarbonizada. A estratégia destaca o potencial da bioeconomia — já responsável por 2,7 biliões de euros e 17,1 milhões de empregos — e propõe medidas para expandir a inovação, mobilizar investimento público e privado, simplificar o enquadramento regulamentar e desenvolver mercados-piloto para materiais e tecnologias de base biológica em setores como agricultura, silvicultura, pescas, biotecnologia, biofabricação, construção e têxteis. O plano inclui a criação de uma Aliança Europeia de Base Biológica para compras conjuntas de 10 mil milhões de euros até 2030, e reforça a necessidade de uma utilização sustentável da biomassa, premiando agricultores e silvicultores que contribuam para proteção do solo e aumento dos sumidouros de carbono. A estratégia posiciona a UE como líder global em tecnologias limpas, apostando na inovação industrial, na segurança de recursos e na cooperação internacional.

Pacote de Outono do Semestre Europeu 2026

A Comissão Europeia lançou o [pacote de outono do Semestre Europeu de 2026](#), definindo prioridades económicas e sociais para reforçar a competitividade da UE num contexto geopolítico exigente. A avaliação macroeconómica aponta para um crescimento moderado, mas identifica fragilidades estruturais como baixa produtividade, pressões demográficas e necessidades acrescidas de financiamento em defesa, digitalização e descarbonização. A Comissão avaliou os planos orçamentais dos Estados-Membros, classificando 12 como conformes, vários em risco de incumprimento e propondo avançar com um procedimento por défice excessivo para a Finlândia. O pacote inclui ainda uma nova Recomendação sobre Capital Humano, que apela a investimentos urgentes em competências estratégicas — das STEM à biotecnologia e defesa — para garantir mão de obra preparada para as transições verde e digital. O relatório macroeconómico e o Relatório sobre o Mecanismo de Alerta analisam desequilíbrios, vulnerabilidades e necessidades de investimento, enquanto a recomendação para a área do euro sublinha prioridades como sustentabilidade orçamental, reforço dos mercados de trabalho, execução dos planos de recuperação e avanço para uma União da Poupança e do Investimento.

7. PROVIDORA DE JUSTIÇA EUROPEIA - RECOMENDAÇÕES À COMISSÃO EUROPEIA

A Provedora de Justiça Europeia, Teresa Anjinho, concluiu que a Comissão Europeia cometeu má administração ao preparar três propostas legislativas consideradas urgentes — relativas à diligência devida em matéria de sustentabilidade empresarial (Omnibus I), à PAC e ao combate ao contrabando de migrantes — por não ter aplicado integralmente as suas próprias regras de *Better Regulation*, concebidas para garantir processos legislativos baseados em evidência, transparentes e inclusivos. As investigações identificaram várias falhas procedimentais, incluindo a ausência de justificações públicas claras para a urgência, falta de documentação sobre a decisão de afastar procedimentos internos, consultas interserviços reduzidas a menos de 24 horas, publicação tardia de documentos de apoio e ausência de registos sobre avaliações de coerência climática. Como afirmou a Provedora, “*certos princípios de boa legislação não podem ser comprometidos, mesmo em nome da urgência*”. O detalhe pode ser consultado [aqui](#).

Nas suas recomendações, disponíveis [aqui](#), a Provedora pediu à Comissão que assegure uma aplicação previsível, consistente e não arbitrária das regras de *Better Regulation* e que, no futuro, a preparação de legislação urgente seja sempre transparente, baseada em evidência e inclusiva. Sugeriu ainda, no quadro da próxima revisão dessas regras, a clarificação da obrigatoriedade das avaliações climáticas em todas as propostas legislativas e a definição de padrões mínimos de consulta às partes interessadas em procedimentos acelerados. A Comissão tem defendido que as regras de *Better Regulation* não são juridicamente vinculativas; contudo, o Provedor recorda que as instituições da UE devem respeitar as normas que elas próprias criam.

8. REUNIÕES DO CONSELHO

Tiveram lugar as seguintes reuniões: 24/11- [Negócios Estrangeiros \(Comércio\)](#); 27/11 - [Educação e Juventude](#).

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade das [Comissões](#) do PE.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [3 de dezembro](#), destacando-se: *Omnibus Ambiental, Estratégia da UE em matéria de Drogas, Pacote sobre Segurança Económica, Integração do Mercado da UE e Supervisão Eficiente, e Roteiro para Empregos de Qualidade*.

Conselho da UE

O [calendário](#) está disponível: 1 de dezembro - [Conselho sobre Emprego e Política Social](#) e [Conselho dos Negócios Estrangeiros \(Defesa\)](#); 4 de dezembro - [Conselho \(Transportes, Telecomunicações e Energia\)](#).

Bruxelas | 28 de novembro de 2025

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#)